

Um Estado que mata pretos, pobres e periféricos

POR TATIANA MERLINO*

Os números são alarmantes. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Grande parte destas mortes são provocadas por agentes do Estado, representados pela Polícia Militar. Em São Paulo, o número de mortes bateu recorde em 2017, alcançando o maior índice em 25 anos. Em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros e, em uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de morte de negros cresceu 23,1%. Estes casos, em sua maioria, não recebem nenhum tipo de investigação e acabam sendo arquivados, o que movimenta uma teia onde a impunidade é a principal incentivadora de mais crimes.

A morte de jovens negros, pobres e das periferias, principal alvo destas ações, demonstra um genocídio em curso em todo o país, o que não comove a sociedade, fruto do processo de desumanização que a população negra enfrenta no Brasil, resquício de séculos de escravidão. Uma narrativa oficial que legitima estas mortes é a famosa “guerra às drogas”, que banaliza a morte de corpos negros em favelas e periferias. Tal projeto encontra seu complementar no sistema penal brasileiro, cuja população carcerária já é a terceira maior do mundo — e novamente: são corpos negros de homens e mulheres que seguem nas prisões brasileiras. Diante de tudo isso há o silêncio generalizado da esquerda brasileira, que não pauta o tema da segurança pública e da violência de Estado em seus debates, enquanto setores conservadores da sociedade seguem na pregação de que “bandido bom é bandido morto”.

Paulo Alexandre Gomes saiu de sua casa, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, para visitar a namorada. Foi abordado por uma viatura da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), tropa da Polícia Militar, e levado, com vida, no camburão. Passou uma noite, ele não apareceu. Mais um dia. Nada. Paulinho, como era chamado pela família, nunca mais voltou. A família procurou o corpo do jovem, negro, de 23 anos, em vários hospitais e no Instituto Médico Legal (IML). Em vão. A espera já dura doze anos.

Paulinho desapareceu em 16 de maio de 2006, no mesmo período em que outras três pessoas sumiram. Eles são vítimas do evento que ficou conhecido como “Crimes de Maio”, quando houve ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e subsequente retaliação das forças policiais e de grupos de extermínio, que mataram centenas de pessoas em São Paulo.

Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006 foram assassinadas 564 pessoas, sendo 505 civis e 59 policiais, no litoral paulista e na Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nos dados, não constam quatro pessoas que desapareceram, duas delas de

São Paulo, sendo uma Paulinho, e outras duas moradores Guarulhos, na Grande São Paulo.

A onda de assassinatos ocorreu após a transferência de 765 detentos para o presídio de segurança máxima de Presidente Venceslau, localizado a 620 quilômetros de São Paulo, com o objetivo de isolar os líderes do PCC. Para protestar contra os deslocamentos, houve rebeliões em 74 cadeias do Estado. Do lado de fora, ataques a carros de polícia e a delegacias.

Em resposta aos atentados organizados pelo PCC, agentes do Estado e grupos de extermínio saíram às ruas para se vingar e matar. E a cidade parou: houve toques de recolher, comércios fecharam, ônibus pararam de circular e as ruas ficaram desertas. As mortes não ocorreram nos chamados “confrontos”, mas, ao contrário, foram execuções, como aponta a pesquisa da UERJ.

Desde então, há doze anos, as famílias vivem com a ausência de seus parentes assassinados, com a falta de informações sobre as circunstâncias das mortes e sem a punição dos agentes do Estado responsáveis pelos assassinatos. As investigações foram arquivadas a pedido do Ministério Público estadual e ninguém foi condenado pelas mortes.

Christian Braga / Jornalistas Livres



Ao invés de proteger, a polícia atua como agente repressor de segmentos sociais no Brasil

Fernando Frazão/Agência Brasil



A juventude negra é o principal alvo dos casos de violência policial

GENOCÍDIO

Os Crimes de Maio fazem parte de um contexto do que movimentos sociais, defensores de direitos humanos e estudiosos do tema chamam de genocídio do povo preto, pobre e periférico, que são as execuções, cometidas sobretudo pelas forças policiais, de jovens negros, de baixa renda e moradores de bairros de periferia. Os dados falam por si: no Brasil, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado. Todo ano, 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são mortos. A taxa de homicídios é quase quatro vezes a verificada entre os brancos.

De acordo com o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em uma década, entre 2006 e 2016, onde mais de meio milhão de pessoas morreram, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa de morte entre não negros teve uma redução de 6,8%.

Em 2016, foram assassinadas 62,5 mil pessoas no Brasil, e a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16 por 100 mil habitantes, contra 40,2).

Além de atingir negros, a violência também abate os jovens. O Atlas indica que, em 2016, 33,5 mil jovens foram mortos, um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. O relatório analisou os dados mais recentes disponíveis, de 2016, fornecidos pelo Ministério da Saúde.

O Brasil é um dos países com maiores taxas de letalidade policial, e a extinção da PM já foi recomendada por órgãos internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2012. Em 2013, a organização não governamental Human Rights Watch enviou carta ao então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, alertando para o alto número de pessoas mortas e cobrando a investigação dos casos.

FADADO A ENCONTRAR UMA BALA

“Quando falamos em genocídio, não é só a ação direta de apertar o gatilho. Os corpos que são alvo do genocídio já passaram por um processo que os levou a virar alvo. É uma pessoa que tem família desestruturada, poucas oportunidades, está numa escola ruim. Há um cruzamento de fatores. Quando a gente cruza dados de acesso à escola e ao trabalho com o perfil de quem é morto pela polícia é assustador, como se um garoto que deixa de estudar, por vários motivos, estivesse fadado a encontrar uma bala”, afirma Douglas Belchior, professor de história e militante da Uneafro (União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora).

Para ele, os Crimes de Maio são um caso emblemático na história recente do Brasil; refletem a maneira como o Estado brasileiro atua e a forma de existir da

própria polícia, que sempre foi pensada para coagir segmentos sociais. “É a permanência de como o Estado atua, agindo com violência contra aquele povo para o qual o Estado surge para oprimir”.

Quando se fala em impunidade dos Crimes de Maio, diz o professor de história, “há uma ideia de exceção, como se normalmente os processos deflagrados fossem concluídos, e um eventualmente ficasse impune. Mas quando se trata de Estado, a impunidade é objetivamente a regra. Embora o Estado devesse ser o principal promotor de uma sociabilidade mais humanizada, ele mesmo promove violência e desrespeito aos direitos humanos”.

Embora a chacina de 2006 seja a maior da história recente de São Paulo e do Brasil, nos últimos 12 anos a polícia militar de São Paulo segue matando. E os números só aumentam.

DESAPARECIDOS DA DEMOCRACIA

Há 12 anos Francilene Gomes Fernandes luta e aguarda por esclarecimentos sobre o desaparecimento do irmão Paulinho. “Há um grande vazio no sentido de respostas efetivas para todos os familiares, sejam de vítimas de homicídios como de desaparecidos”, lamenta. “No nosso caso, sequer tivemos acesso ao corpo, ao que de fato aconteceu, não conseguimos fazer um rito de fim de vida, mesmo sendo violento. É um luto permanente”, afirma Fran, como é conhecida.

O que a mantém lúcida, afirma, é estar em coletivo, “não ter desistido da luta, é estar junto das Mães de Maio”.

Quando seu irmão desapareceu, ela estava no terceiro ano da graduação em Serviço Social e quase desistiu de estudar. Mas ganhou forças e seguiu em frente. A dor e a luta de Francilene se transformaram em conhecimento e, depois da graduação, ela defendeu uma dissertação de mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) intitulada Barbárie e “Direitos Humanos: As Execuções Sumárias e Desaparecimentos Forçados em Maio” (2006) em São Paulo.

“Quis estudar os crimes de maio e a violência estrutural, mostrando a violência policial como estratégia de manter o



Órgãos internacionais como a Human Rights Watch e a ONU já recomendaram o fim da PM em SP

Fernando Frazão/Agência Brasil



Mães de jovens assassinados se organizam em movimentos na luta contra a impunidade

status quo, dizimando jovens negros e periféricos". Na sua pesquisa, constatou que "o alvo das violências tem território. O mais perverso é que a gente sabe quem são, onde estão, a faixa etária, como é possível as pessoas não se importarem com isso"? Questiona.

Além disso, explica, "de lá para cá, as mortes só têm aumentado, há muitos jovens assassinados, e a mensagem que se passa é de que essas pessoas são 'matáveis'".

NÚMERO DE MORTOS PELA PM AUMENTA

O perfil das vítimas assassinadas durante os Crimes de Maio é o mesmo das vítimas de violência policial: homens, jovens, negros e moradores de bairros periféricos e pobres, como mostra o estudo de Samira Bueno, socióloga e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança. Ela analisou registros em 20 municípios do estado de São Paulo e entrevistou 16 ex-policiais militares. No período avaliado pela pesquisadora, de 2014 a 2016, 67% dos mortos por policiais eram negros e pardos, e 16% tinham menos de 17 anos.

O número de mortos pela polícia vem crescendo e bateu recorde em 2017, com 943 casos — o maior dos últimos 25 anos, perdendo apenas para as 1.470 mortes de 1992, data em que o dado ainda não incluía pessoas mortas por policiais fora de serviço.

Mas por que números tão altos de pessoas jovens e negras não causam a comoção que deveriam? Uma das respostas

é que a letalidade da polícia conta com a complacência da sociedade, acredita Douglas Belchior. "Há uma construção histórica, um processo de desumanização da população negra, que é herdeira da escravidão. É um caldo de cultura que faz com que a sociedade seja menos sensível a esse segmento", diz.

O racismo se organiza da seguinte maneira, segundo Belchior: primeiro há a carga histórica, que se desdobra em estigmatização, e então no racismo institucional, que é quando se institucionaliza o estigma. "Como quando a polícia age de maneira deliberadamente violenta contra os negros. Eles estão obedecendo ao estigma a partir da instituição. E é assim também na escola, nos meios de comunicação, no tratamento que o Estado dá a essas pessoas e na forma que a população responde a isso, como vítima alienada no sistema, endossando o processo, num círculo vicioso."

DESENCARCERAMENTO

“A política de guerra às drogas é a ponta de lança do encarceramento em massa no país”

O público alvo do sistema penal brasileiro é muito semelhante ao dos assassinados pela polícia militar. Negros, jovens, de baixa renda e baixa escolaridade, moradores de bairros pobres e periféricos são também os que lotam os presídios brasileiros.

Com uma população carcerária de 726.712 pessoas privadas de liberdade, o Brasil assume o terceiro lugar no ranking de países que mais prendem no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, sendo seguido na quarta colocação pela Rússia. A taxa de presos para cada 100 mil habitantes subiu para 352,6 indivíduos em junho de 2016. Em 2014, era de 306,22 pessoas presas para cada 100 mil habitantes.

De acordo com dados de 2017 do Infopen, Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça, 55% dos presos têm até 29 anos; 64% dos presos no sistema penitenciário nacional são negros. Do total, 80% não terminou o Ensino Médio e 0% possui ensino superior completo. Mais de 70% dos homens são acusados por tráfico ou crimes patrimoniais. Já as mulheres, mais de 60% delas são acusadas por tráfico.

“É com esse perfil de pessoas que as agências policiais atuam, que o Judiciário manda para a cadeia, que o Ministério Público acusa de crime.

Há uma indústria de produção da criminalidade que atinge essa população de homens negros, jovens e de baixa renda”, afirma o advogado Paulo Malvezzi, assessor jurídico da Pastoral Carcerária.

De acordo com ele, o quadro do sistema penitenciário brasileiro é de degradação sistemática, indignidade e violações. “Há uma superlotação generalizada, com uma média de ocupação de 200%, sendo que há algumas unidades com até 700% de ocupação”.

O que também vem ocorrendo, explica Paulo, é um aumento da população carcerária após a aprovação da Lei de Drogas, em 2006, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que endureceu a punição para o crime de tráfico de drogas. “Até 2016, a curva de crescimento da população carcerária é assombrosa, principalmente entre as mulheres”, afirma. “A política de guerra às drogas é a ponta de lança do encarceramento em massa no Brasil”.

Hoje, 28% dos presos estão encarcerados por tráfico de drogas. Entre a população feminina, 68% delas estão atrás das grades por conta do crime.

AGENDA NACIONAL PELO DESENCARCERAMENTO

Para combater o encarceramento em massa e o extermínio da população negra e periférica, uma série de organizações e entidades, entre elas a Pastoral Carcerária, criou, em 2013, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

A Agenda é uma plataforma que reúne 43 organizações, entre associações de defensores públicos, movimento de familiares de pessoas presas, pastorais sociais, ongs, movimentos sociais. “É uma plataforma de propostas, mas também um espaço de articulação de organizações que lutam contra o encarceramento em massa”, afirma Malvezzi.

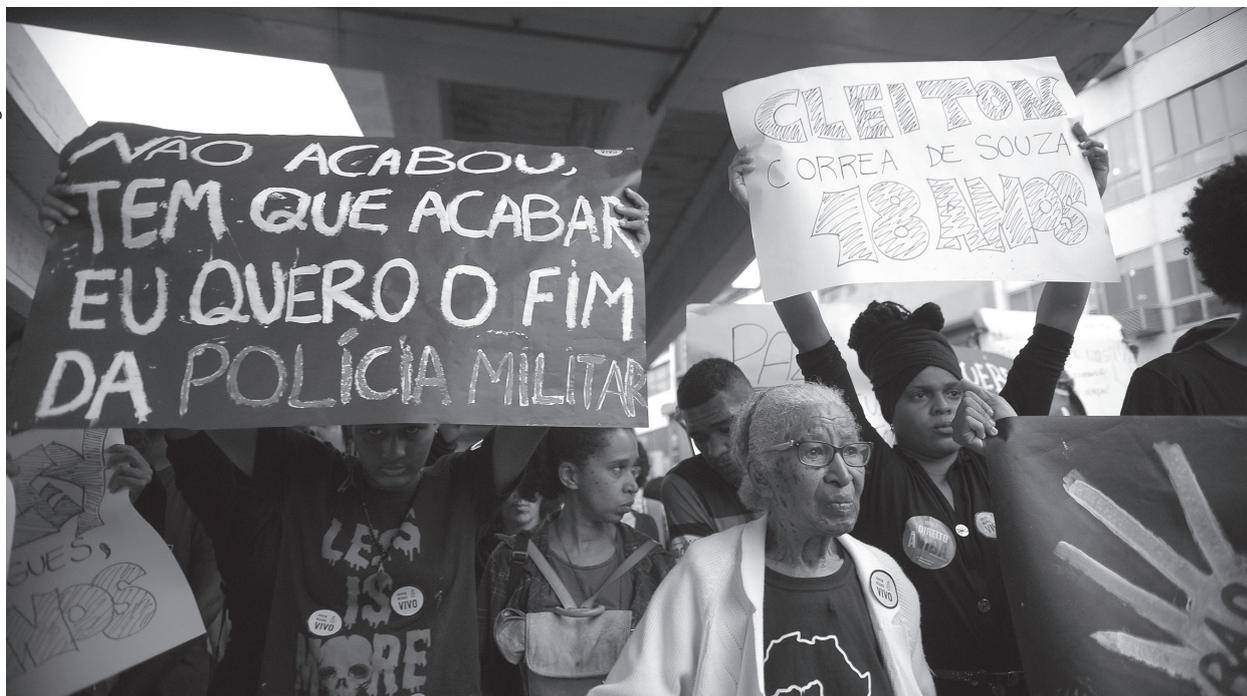
Segundo ele, “não estamos disputando políticas públicas, mas sim a política de encarceramento em massa, de extermínio da população jovem negra e periférica. Nossa política é pelo desencarceramento, pela redução imediata do número de pessoas presas.”

Criada em 2013 na esteira dos levantamentos de junho, foi inicialmente desenhada pela Pastoral Carcerária junto com o Movimento Mães de Maio e reformulada em encontros nacionais realizados com outras entidades. A última versão da Agenda Nacional pelo Desencarceramento foi atualizada em

Olinda (PE), em novembro de 2017, com 10 pontos para as ações de 2018.

- a) Suspensão de qualquer verba voltada para a construção de novas unidades prisionais ou de internação;
- b) Exigência de redução massiva da população prisional e das violências produzidas pela prisão;
- c) Alterações legislativas para a máxima limitação da aplicação de prisões preventivas;
- d) Contra a criminalização do uso e do comércio de drogas;
- e) Redução máxima do sistema penal e retomada da autonomia comunitária para a resolução não violenta de conflitos;
- f) Ampliação das garantias da Lei de Execução Penal (LEP);
- g) Criação de mecanismos de controle popular do que ocorre dentro do cárcere;
- h) Proibição da privatização do sistema prisional;
- i) Prevenção e combate à tortura;
- j) Desmilitarização das polícias e da sociedade.

Tomaz Silva / Agência Brasil



A resistência dos movimentos negros é uma importante frente de denúncia da violência praticada pela polícia no Brasil

Isso também se estabelece em outras dimensões, analisa; por exemplo, “com a ideia de que a mulher preta aguenta mais porrada, que os negros são mais fortes. E isso é elevado à enésima potência na

medida em que há a construção de um discurso oficial da segurança que é letal, de que negros não são seres humanos, que eles não têm o mesmo valor, a dor deles não me comove como a de um ser humano.”

INIMIGO INTERNO

Um dos aspectos da militarização da polícia mais criticados por estudiosos de segurança pública e direitos humanos é a ideologia que rege a prática dos policiais militares, baseada na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, vigente na ditadura. O país tem uma política de segurança pública pautada na lógica do confronto e da guerra a um “inimigo interno”.

A defensora pública Daniela Skromov de Albuquerque, que foi coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, afirma que a militarização é marcada “pela tática e prática de humilhação do descartável, que tem uma marcação social muito forte. É possível visualizar esse inimigo: ele é, em geral, homem, jovem, de pele escura e morador de regiões periféricas ou regiões centrais, porém com miséria. Ao ser identificado, iniciam-se os xingamentos, ofensas e,

dependendo de como for a circunstância, se estende à eliminação física.”

A violência policial também segue um modus operandi que se repete com frequência nos casos de letalidade. Há uma narrativa que se apresenta como justificativa aos assassinatos, explica a defensora. “É a de que os policiais revidaram à injusta agressão. Embora pareça estranho, é sempre essa a narrativa, mesmo que o cara esteja numa moto, seja um menino de dez anos, invariavelmente a história é essa, de que o perseguido atirou várias vezes e o policial foi forçado a revidar”, afirma. Ela também aponta para o uso corrente, nas versões apresentadas por policiais, da palavra “revide”. “O Estado não está autorizado a fazer vingança”.

De acordo com Skromov, outro padrão é em relação à forma como as vítimas dos policiais são mortas: com vários tiros

e em regiões vitais, o que indica que, ao contrário do que diz a PM, não se utiliza o método Giraldi (que prevê que o agente dispare apenas duas vezes e em pontos não vitais, como braço, ombro, cotovelo, mão, virilha, quadril). Tiros de cima para baixo também são comuns, “o que muitos especialistas caracterizam como execução”. Outro aspecto padrão dos crimes de policiais está o de se mexer na cena do crime. “A PM não pode mexer na cena do crime, mas mexe. E, por ser sucateada, a polícia civil sempre chega depois ao local.”

A nomenclatura utilizada para definir mortes provocadas por policiais também faz parte do padrão da cultura de violência dentro das corporações. Até janeiro de 2016, os termos utilizados eram “auto de resistência” e “resistência seguida de morte”. As nomenclaturas

eram usadas por policiais em casos de homicídio, sob a alegação de que as mortes seriam em legítima defesa, ou em confronto. Mesmo sendo homicídios, são classificadas separadamente nas estatísticas.

Uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, publicada no Diário Oficial da União aboliu tais termos e estabeleceu que, a partir de então, todos os casos do tipo sejam designados como “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”.

No entanto, a nova nomenclatura continua tratando a vítima como resistente, afirmam defensores de direitos humanos.

Edson Iké



O QUE RESTA DA DITADURA

Criada durante o Império, a PM sempre foi utilizada como instrumento de opressão das classes menos favorecidas. Durante a ditadura militar (1964-1985), seu papel foi fortalecido. As polícias militares passaram por um processo de maior militarização com a criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). Em 1969, com o Decreto-Lei n. 667, editado pelo general ditador Costa e Silva, as PMs foram

colocadas sob o controle e coordenação do Exército, passando a ser sua força auxiliar e de reserva, vinculada à IGPM, parte integrante do Estado Maior do Exército. Sob intervenção, as polícias militares estaduais passaram a ser comandadas por oficiais do Exército e a servir como instrumento para combate aos opositores do regime militar.

Foi esse mesmo Decreto-Lei n. 677 /1969 que criou o serviço reservado da

polícia, a chamada P2, que realiza trabalhos de inteligência. Ela está subordinada não ao poder civil dos governadores, mas à região militar. E isso está em vigor até hoje, apesar da redemocratização e dos sucessivos governos civis.

Na elaboração da Constituição Cidadã de 1988, a vinculação ao Exército foi mantida, e os decretos da ditadura

continuam vigentes. Hoje, de acordo com o artigo 144 da Constituição, as PMs seguem sendo forças auxiliares e reservas do Exército. Se durante a ditadura a PM caçava o inimigo da nação, que era o subversivo, hoje, pelos mapas da violência, os inimigos são os negros e moradores de periferia.

“SUA MÃE JÁ ERA”

Um dos casos é o de Luana Barbosa dos Reis. Mulher, negra, pobre, lésbica, ela morreu em 13 de abril de 2016, dias após ser espancada durante uma abordagem policial em Ribeirão Preto, interior de São Paulo.

No dia 8, Luana saiu de sua casa, na periferia de Ribeirão, dirigindo sua moto para levar o filho à aula de informática. Na esquina, foi abordada pela polícia. Os responsáveis pelo espancamento de Luana são Douglas Luiz de Paula, Fábio Donizeti Pultz e André Donizeti Camilo, do 51º Batalhão da Polícia Militar, que foram indiciados pelo crime de homicídio qualificado.

No “enquadro”, Luana é confundida com um homem, por usar roupas tidas como não femininas. Ela não permite ser revistada pelos PMs, exigindo a presença de uma policial feminina. Leva chute para abrir as pernas. Cai. Levanta e dá um soco em um dos policiais militares e um chute em outro. Começa a ser espancada

com cassetetes e com seu próprio capacete. Machucada, pés e mãos são algemados. É jogada dentro da viatura. Do lado de fora, com a cabeça na janela do carro, seu filho de 14 anos ouve de um dos PMs: “Sua mãe já era”.

Luana lutou por sua vida durante cinco dias, enquanto esteve internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital da região. “Disseram que o caso era grave e que não sabiam se as sequelas seriam reversíveis”, conta sua irmã, Roseli Reis. No dia 13, ela morreu em decorrência de uma isquemia cerebral causada por traumatismo cranioencefálico. Dois laudos do IML constataram as agressões às quais Luana foi submetida. Como causa dos traumas, indica-se “agente contundente”. No exame necroscópico, por outro lado, a morte foi registrada como por traumatismo cranioencefálico e isquemia cerebral provocada por “dissecção de artéria vertebral à esquerda secundária a espancamento”.

HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO

No pedido de indiciamento, feito no final de maio deste ano, o promotor Eliseu José Berardo Gonçalves defende que os policiais respondam por crime de homicídio triplamente qualificado e não por lesão corporal seguida de morte, como concluiu a Polícia Civil.

“Luana reagiu de forma legítima à revista porque não queria ser revistada por homens e foi espancada. Os policiais quiseram se vingar. Para quem age assim, causa ferimentos dessa gravidade, de forma deliberada, consciente, quem espanca para causar traumatismo craniano, quer

matar. Ela morreu em decorrência dos espancamentos. Por isso, estou pedindo a prisão preventiva dos policiais.” “Dói muito saber que a vida dela foi arrancada prematuramente”, afirma Roseli, que desde a morte da irmã vem lutando por justiça e pela memória de Luana. “Ela tinha projetos para o futuro. Mas o fato de ela ser lésbica, negra, periférica e ter passagem pela polícia faz com que sua vida valha menos aos olhos da sociedade.” “Minha irmã lutou muito para viver. O histórico da nossa família, seu nascimento, as prisões, a volta para o caminho do bem. Ela tinha muita força.



O genocídio da juventude negra é a expressão mais radical do racismo que estrutura a sociedade brasileira

Viveu cinco dias em coma antes de morrer. Sua vida foi arrancada, isso é inaceitável”, diz Roseli. Luana era frequentemente tratada de forma desrespeitosa e violenta, na base do “cabeça no muro, abra as pernas, mão na cabeça”. Também era comum que fosse confundida com um homem, pois Luana usava cabelo curto e roupas tidas como não femininas. No dia em que foi espancada, o mesmo. “Ela quis dar uma de macho, tivemos que acalmá-la”, disse um dos policiais que a espancou. “Vivíamos preocupados com ela. Quando andava a pé, sofria preconceitos, mas não havia casos de enquadros. Tudo piorou com a compra da moto.”

Roseli testemunhou a violência cometida contra a irmã, na rua onde a família

segue morando. Luana estava ajoelhada, mãos para trás, bermuda preta, só de top. Dois policiais a imobilizaram. Um deles apontou a arma para Roseli e para sua mãe e disse: “entra [na casa], senão morre”. Após a ameaça, policiais entraram na casa da família, perguntaram se Luana morava ali, se era usuária de drogas, se traficava ou roubava. Também perguntaram no que ela trabalhava e revistaram o seu quarto. No bairro onde moram, há dezenas de casos de jovens mortos pela polícia e, via de regra, os casos estão impunes, relata Roseli. “Não temos direitos respeitados, não temos direito de falar. Nada vai reparar nossa dor, trazer a minha irmã de volta. Mas que ao menos a justiça seja feita.”

ESQUERDA E GENOCÍDIO

O genocídio dos negros e periféricos e a esquerda

Apesar de o Brasil ser um dos países com maior letalidade policial no mundo e um dos com maior números de presos — tendo como alvo especialmente negros, homens, jovens —, o debate sobre o genocídio do povo preto, pobre e periférico e sobre o encarceramento em massa não são, infelizmente, pautas prioritárias da esquerda brasileira.

Propostas eleitorais de candidaturas de esquerda, por exemplo, não têm a temática da segurança pública e da violência do Estado como preocupação central, o que contribui para que a pauta seja apropriada por partidos de direita.

Em entrevista ao El País, em abril de 2018, o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ) disse que a esquerda vem errando há muito tempo no debate sobre a segurança pública.

Lembro perfeitamente que, quando comecei a fazer o debate sobre o sistema penitenciário, há mais de 20 anos, a esquerda olhava com muita estranheza. Sempre foi muito mais cômodo discutir educação, saúde, terra, trabalho do que segurança. Era um debate da direita, um debate de polícia. A esquerda se ausentou de um tema muito importante, que é a vida das pessoas. Teve a dificuldade de perguntar o seguinte: “Qual é a polícia que você quer? Qual é o sistema penitenciário que a gente quer? Como ele vai funcionar?”

Assim, o esforço para discutir, denunciar e combater o encarceramento e as mortes de negros e pobres pelas mãos do Estado é feito, sobretudo, por movimentos organizados de mães de vítimas da violência do Estado, como o Movimento Mães de Maio, o movimento negro e entidades como a Pastoral Carcerária.

Em artigo sobre as manifestações de junho de 2013, Jaime Amparo, doutor em Antropologia Social pela Universidade do Texas e militante do movimento negro, questiona o porquê de haver mais comoção quando a violência policial atinge pessoas brancas:

Por que as agressões aos jovens brancos, do asfalto, comovem milhões de brasileiros, e o assassinato diário de jovens negros pelas forças policiais não vale vinte centavos? Por que é negado o luto às mães negras nas favelas brasileiras onde

o Estado não apenas mata mas também destrói corpos negando a possibilidade da elaboração da dor?

Amparo responde:

É porque a morte negra é absolutamente irrelevante do ponto de vista dos direitos humanos e imprescindível do ponto de vista da democracia. A agressão aos brancos é uma agressão ao Estado democrático de direito. A morte negra é precisamente o parâmetro pelo qual se define tal Estado democrático de direito. Em outras palavras, a morte negra cumpre essa função explicitada nos últimos protestos: porque necessária para a definição mesma da ordem pública, ela marca o território civil onde o protesto é permitido e onde a agressão policial é vista como aberração, desvio antidemocrático. Como pôde a polícia ter coragem de lançar gás lacrimogêneo nos jovens brancos de classe média?

Amparo lembra que

as contínuas ações das entidades negras contra o terror policial raramente encontram eco nas esquerdas organizadas. A favor da direita, pode se argumentar que ela tem os campos bem demarcados: antinegro, antipobre, antimulher, antigays, antívida. Mas, no caso da esquerda, se põe para nós, negras e negros, o preço a pagar “para não fragmentar a luta de classes”.



Manifestação em SP lembra as vítimas da chacina de Osasco, cujos assassinatos ainda não foram solucionados

Rovena Rosa / Agência Brasil

“TU É LADRÃO, JÁ MORREU”

O gari Edson Rogério Silva dos Santos, de 29 anos, é uma das vítimas dos Crimes de Maio de 2016. No dia 15 de maio daquele ano, ele abastecia uma moto emprestada num posto de gasolina no bairro de Vila São Jorge, periferia de Santos. Abordado por policiais, começou a ser espancado após ouvir “Tu é ladrão, já morreu”. Edson apareceu morto em uma das ruas que havia varrido horas antes. Foi morto com quatro tiros, um no coração, um em cada pulmão e outro nas nádegas. No bolso, Edson levava seu holerite.

Desde a morte de Edson, sua mãe, Débora Maria da Silva, empreende uma incansável luta por memória, verdade e justiça. Junto com outras mulheres, fundou o Movimento Mães de Maio, que reúne mães e familiares de violência cometida por agentes do Estado.

Débora é uma das pesquisadoras do relatório “Violência de Estado no Brasil: Uma Análise dos Crimes de Maio de 2006”, organizado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pelo Movimento Independente Mães de Maio. Lançado em maio de 2018, doze anos após os crimes, o documento reitera as evidências de execução sumária nos casos

analisados e a falta de investigação sobre os crimes.

A pesquisa analisou 60 casos de mortes ocorridas na região da Baixada Santista, litoral paulista, sendo 53 civis e sete agentes de segurança, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006. “Analisamos o perfil das vítimas e constatamos que 88% dos assassinados são do sexo masculino, faixa etária entre 15 e 29 anos, que é o mesmo perfil das vítimas de violência no Brasil”, afirma Javier Amadeo, professor de Ciências Sociais da Unifesp e coordenador da pesquisa.

Débora afirma que “é como se esse relatório estivesse ressuscitando nossos filhos. Eles têm nome, sobrenome, história. Mas são tratados pelo Estado como suspeitos”. Em maio de 2006, seu filho, Edson, foi assassinado.

De acordo com ela, o documento dá ênfase a histórias desconhecidas de maio de 2006. “O relatório foi a confirmação total da execução sumária perversa do Estado e não de resistência seguida de morte”, afirma. Durante a pesquisa, Débora observou que o medo ainda é muito presente entre os familiares dos mortos. “A cultura do medo prevalece”. Há, também, muitas famílias que se desestruturaram após as mortes, assim como muitos parentes e pais que adoeceram.

RESGATE DA MEMÓRIA

O trabalho, explica Amadeo, teve como objetivo entender as circunstâncias em que as pessoas foram assassinadas, mas também “para reconstruir parte da história dessas pessoas, resgatar a memória que foi apagada junto com o assassinato”.

De acordo com o levantamento, os agentes foram assassinados entre o segundo e o terceiro dia do período analisado, e, a partir do terceiro, dia 14 de maio, praticamente todas as mortes são de civis. “Portanto, a tese oficial de que as pessoas foram assassinadas em confronto não se confirma. Pelo contrário, há claros sinais de execução sumária de pessoas que foram supostamente assassinadas em casos que foram classificados como resistência seguida de morte pela polícia”.

A quantidade de disparos de armas de fogo, de cima para baixo, em curta

distância, indicam casos de extermínio, explica o coordenador do relatório. Em 77% dos casos de vítimas, os disparos atingiram partes do corpo de alta letalidade, como tórax e cabeça.

Em relação aos tiros, 32% dos disparos atingiram a cabeça, seguidos de 30% no tórax, 14% nos braços, 10% no abdômen, 8% nos membros inferiores e 6% nas mãos, concretizando, então, indícios de execução sumária. Os casos também seguem um *modus operandi*, que é, após a morte, a alteração da cena do crime.

Nos casos de violência do Estado, além do assassinato, nega-se às famílias qualquer tipo de investigação e justiça, afirma Amadeo: “As investigações são rapidamente arquivadas, por responsabilidade tanto da polícia quanto da Secretaria de Segurança Pública e do Ministério Público”.

Marcelo D'Saete / trecho do livro "Encruzilhada"



Entre as recomendações do relatório estão a federalização do caso, pagamento de danos morais e materiais aos familiares das vítimas e pedido público de desculpas às vítimas por parte do Estado.

Amadeo lembrou ainda que a atual procuradora-geral da República, Raquel

Dodge, foi uma das autoras do pedido de federalização e que isso deve ser considerado. “Esses crimes precisam ser investigados e punidos. Depois de doze anos não há nenhuma esperança que isso seja feito no Estado de São Paulo. Por isso, é fundamental o pedido de federalização”, afirma.

“EU SOU INOCENTE”

Um dos casos de que o relatório da Unifesp trata é o de Ricardo Souza Monteiro Martins, morto no Guarujá por um grupo de encapuzados.

No dia em que seria morto, o rapaz de 22 anos passou a tarde jogando vôlei na praia. Ricardo era bem humorado e trabalhava como zelador numa fábrica de pranchas de surfe num bairro de elite do Guarujá; só voltava para casa aos finais de semana, para visitar a família. Ele ajudava nas despesas familiares, em especial as de sua mãe, que tinha problemas psiquiátricos.

No final de semana em que seria morto, ele foi almoçar com a mãe, para comemorar o Dia das Mães. Naquela noite, disse a ela que voltaria à fábrica. A mãe pediu que ele não fosse, pois o clima era de tensão nas ruas, embora o toque de recolher ainda não tivesse chegado ao bairro.

Era 1h30 da madrugada, bairro Jardins dos Pássaros, periferia do Guarujá, quando Ricardo e Milton Rodrigues da Silva, conversavam numa esquina, quando um carro Corsa, sem placa, parou no local. Quatro homens encapuzados saíram do carro atirando. Milton fugiu. Ricardo foi atingido por seis disparos: sendo um deles na cabeça, dois no pescoço, dois no braço e um na lombar.

A irmã de Ricardo recebeu uma ligação dizendo que ele estava envolvido em um tiroteio. Ao dar entrada no hospital, quase sem vida, disse, à enfermeira que o socorreu, “eu sou inocente, eu sou inocente”.

Na noite do assassinato, o socorro foi chamado por um amigo que morava na esquina do ataque. Enquanto aguardavam, uma senhora afirma ter visto o mesmo carro de onde dispararam vir socorrer Ricardo. Instantes depois, apareceu um carro de polícia, que não havia sido chamado.

No dia do enterro, muitos carros de policiais estavam no cemitério. A mãe de Ricardo não foi ao enterro do filho e só soube da morte meses depois. Faleceu um tempo mais tarde, atormentada, sem saber quem matou Ricardo. “Os problemas de saúde dela se agravaram e ela morreu chamando pelo filho”, relata Débora Maria da Silva.

De acordo com ela, os problemas de saúde são muito comuns. “Há muitas mães que morreram em decorrência do sofrimento, por desgosto, depressão, câncer.”

Foi o que aconteceu com Vera Lúcia Gonzaga dos Santos. Dia 3 de maio deste ano, a cabeleireira e também fundadora do Movimento Mães de Maio se tornou mais uma das vítimas. Vera foi encontrada morta em sua casa, em Santos. O IML investiga a possibilidade de sua morte ter sido suicídio por envenenamento, mas ainda não há nada conclusivo. “Eu nunca acreditei em suicídio, ela lutava pela vida. Vai ser muito difícil ficar sem ela, ela era uma mulher muito engajada, é muito triste. Morreu sem que o crime de sua filha, neta e genro fosse esclarecido”, afirma Débora.

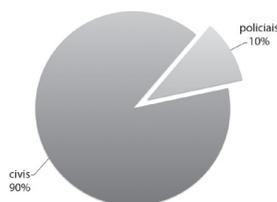
A data prevista para o nascimento da neta de Vera, Bianca, era 18 de maio de 2016. Sua mãe, grávida de nove meses, tinha uma cesariana agendada para essa data. Mas, três dias antes, sua vida foi interrompida. Na noite de 15 de maio, com vontade de tomar uma vitamina, Ana Paula foi até a padaria com o marido, Eddie Joey Oliveira. Eles estavam na esquina das ruas Campos Salles e Brás Cubas, centro de Santos, quando um carro escuro chegou com quatro pessoas, que começaram a disparar. Foram cinco tiros em Ana Paula, oito em Eddie. O exame de corpo de delito atesta a morte do bebê por “inviabilidade materna”.

NÚMEROS DA MORTE

Crimes de Maio

Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006 foram assassinadas

564
pessoas



De 60 casos ocorridos na Baixada Santista (53 civis; 7 policiais):

88%
dos assassinados são do sexo masculino

Faixa etária entre **15 e 29** anos

Em **77%** dos casos de vítimas,



os disparos atingiram partes do corpo de alta letalidade, como tórax e cabeça

Assassinatos no país:

A cada

23 minutos, um jovem negro é assassinado.

Todo ano,

23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são mortos.

Entre 2006 e 2016, em que mais de meio milhão de pessoas morreram,

a taxa de homicídios de negros cresceu

23,1%



No mesmo período, a taxa de morte entre não negros teve uma redução de

6,8%



Em 2016, foram assassinadas 62,5 mil pessoas no Brasil, e a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (**16 por 100 mil habitantes, contra 40,2**).

Fontes

AMADEO, Javier (Coord.). "Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006" na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF - Unifesp).

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). "Atlas da violência: 2018". Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2018.

Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Samira Bueno, socióloga e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Testemunhas afirmaram que, antes de atirarem na barriga de Ana Paula, os homens disseram que filho de bandido também tinha de morrer.

Vera foi investigada por conta própria. Esteve no local e recolheu projéteis, que

foram considerados insuficientes para identificação. Uma testemunha que presenciou o crime e conversou com Vera foi morta horas depois. Seis meses depois, em 22 de novembro 2006, o inquérito foi arquivado e o crime foi dado como não solucionado.

“PM MATA E JUDICIÁRIO ENTERRA”

Essa é uma das frases que se fala entre os familiares de mortos pelo Estado e militantes de direitos humanos; o Estado, além de matar, não investiga os crimes cometidos pelos agentes e arquiva os casos. As críticas são sobre o papel omissivo do Ministério Público, que, de acordo com a Constituição Federal, deveria fazer o controle externo das atividades policiais, mas, na prática, pouco o faz.

De acordo com dados do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo, mais de 90% dos casos classificados como resistência seguida de morte são arquivados sem nem mesmo ir a julgamento, o que aumenta a impunidade e chancela a atuação de violência policial.

O Ministério Público também se furtou de fiscalizar a PM no período dos Crimes de Maio, quando, ao invés de exercer o controle sobre o exercício dos servidores, 79 promotores criminais assinaram um ofício dirigido ao comandante geral da PM dizendo reconhecer “a eficiência da resposta da Polícia Militar, que se mostrou preocupada em restabelecer a ordem violada, defendendo intransigentemente a população de nosso Estado”.

De acordo com o estudo “Tortura Blindada” da organização não governamental Conectas, o MP não pediu apuração de 88% dos casos em que havia denúncias de violência policial feitas pelos presos

em flagrante. De julho de 2015 a maio de 2016, a organização pesquisou os casos com denúncia de tortura, tratamentos desumanos e degradantes, e como o sistema de justiça atuava diante dos relatos.

Outro estudo, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), realizado em 2015, aponta que, dos 899 promotores e procuradores de MPs federal e estadual entrevistados, 88% não veem o controle externo da polícia como prioridade da entidade e 70% não se envolvem na questão.

O Estado que mata pretos, pobres e periféricos é resultado de uma combinação do racismo e do classismo das forças de segurança no Brasil. Agem sob a lógica de “combate ao inimigo”; matam com a justificativa de que as mortes ocorreram em “confronto”; contam com a omissão do Judiciário (que não investiga e não pune os crimes cometidos por policiais) — levando a um círculo vicioso de impunidade e violência. Isso ocorre com o apoio ou com o silêncio da maior parte da população brasileira, por conta do longo processo de desumanização da população negra no país.

* Tatiana Merlino é jornalista de direitos humanos

PONTO DE DEBATE

Fundação Rosa Luxemburgo

Número 19, outubro de 2018

ISSN 2447-3553

Ponto de Debate é uma publicação editada pela Fundação Rosa Luxemburgo com o apoio de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ). Abre espaço para o debate de temas sob a diretriz Bem Viver no Brasil e no Cone Sul: direitos humanos e da natureza na perspectiva de transformação, justiça social e justiça ambiental.

Todos os artigos são de responsabilidade exclusiva das pessoas que os assinam, não refletindo, necessariamente, a opinião da FRL.

Esta obra possui a licença Creative Commons 3.0 BY-NC-ND (Atribuição – Uso não comercial – Não a obras derivadas).



Diretor: Torge Löding
 Coordenação editorial: Christiane Gomes
 Projeto gráfico: Fabiano Battaglia
 Revisão: Hugo Maciel
 Tiragem: 500 exemplares

Rua Ferreira de Araújo, 36
 CEP 05428-000 São Paulo (SP) Brasil
 rosalexspba.org

**FUNDAÇÃO
 ROSA
 LUXEMBURGO**